

<p></p> <div style="font-size: small; font-family: Calibri; display: inline;"> <div style="font-size: 10pt; line-height: normal; font-family: tahoma;"></div> <div style="display: inline;"> <div style="display: inline;">Colegas;</div> </div> <div dir="ltr"> <div style="font-size: 10pt; font-family: Arial;"> <div> <div dir="ltr"> <div style="font-size: 10pt;"> <div> </div> <div align="justify">Juntamos esclarecimento que estamos a distribuir, tendo em aten.º que est.º dependente no INFARMED o despacho definitivo, quanto .º norma que esclarece quem est.º habilitado para exercer em farm.º ia.</div> <div align="justify">Entretanto na situa.º actual legalmente, enquanto a mesma n.º for publicada, o Quadro n.º farmac.º tico .º composto s.º por t.º nicos de farm.º ia. Ressalva-se desta situa.º os colegas com registos de pr.º ca classificados provisoriamente como Ajudantes t.º nicos, para os quais j.º apresent.º os proposta de resolu.º ao citado INFARMED. </div> <div align="justify"> </div> <div align="justify"> </div> <div> </div> <div> ESCLARECIMENTO SOBRE QUADRO N.º FARMAC.º TICO, PREVISTO NO DECRETO-LEI 307/2007 (LEI DA PROPRIEDADE DE FARM.º IA E EXERC.º IO FARMAC.º TICO)</div> <div> </div> <div> </div> <div>Esclarecemos que, face .º Altera.º do Decreto-Lei 307/2007 pela Lei 16/2013, o Quadro, designado de n.º farmac.º tico, constante do Decreto-Lei 307/2007, composto por T.º nicos de farm.º ia e outro pessoal devidamente habilitado, quadro esse que contemplava, os trabalhadores que legalmente podem exercer em farm.º ia, fun.º es de, em colabora.º com os farmac.º ticos, interferir na dispensa e informa.º sobre medicamentos e produtos de sa.º de, dentro das inten.º es veiculadas na introdu.º do citado Decreto em que se afirma .ºespecial destaque a altera.º das normas relativas ao quadro de pessoal das farm.º ias, em obedi.º cia a uma ideia de progressiva qualifica.º o.º, definiu que esse pessoal ter.º obrigatoriamente que possuir forma.º o t.º nico profissional certificada.</div> <div> </div> <div>Ora tal deixa de ser compat.º el com o aproveitamento feito, por algumas entidades que, aproveitando-se do n.º esclarecimento da defini.º do que era .º pessoal devidamente habilitado .º se aproveitaram para introduzir dentro dos mesmos, atrav.º de forma.º o n.º qualificada para o efeito, e que est.º a aparecer ao servi.º em algumas farm.º ias e a interferir na dispensa de medicamentos ao p.º blico e mesmo a exercer fun.º es n.º compat.º eis, nem legalmente autorizadas, com a integra.º no Quadro referido, pois n.º prevista na referida legisla.º o, quanto ao pessoal que o pode integrar.</div> <div> </div> <div>ASSIM, ESTANDO AGORA DEVIDAMENTE ESCLARECIDO O QUE .º PESSOAL DEVIDAMENTE QUALIFICADO QUE, COMO ALI.º COMO SE REFERE A SEGUIR, TER.º QUE SER REGULAMENTADO PELO INFARMED, O QUE AINDA N.º ACONTECEU E, POR CONSEQU.º CIA, ESTANDO O REFERIDO QUADRO PRESENTEMENTE A SER SOMENTE COMPOSTO POR T.º NICOS DE FARM.º IA.</div> <div> </div> <div>Transcri.º do Artigo 24.º-2 da Lei n.º 16/2013 de 8 de fevereiro Procede .º terceira altera.º ao Decreto -Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, que estabelece o regime jur.º dico das farm.º ias de oficina</div> <div> </div> <div> </div> <div>1.....</div> <div> </div> <div>2 .º Considera -se outro pessoal devidamente habilitado para o efeito, outros profissionais habilitados com forma.º o t.º nico -profissional certificada no bito das fun.º es de coadjuva.º na .º ea farmac.º tica, nos termos a fixar pelo INFARMED.</div> <div> </div> <div>Assim iremos, por consequ.º cia, em todos os casos de que venhamos a tomar conhecimento de infrac.º o ao

Esclarecimento sobre o Quadro nº Farmacêutico

Escrito por sifap

Segunda, 10 Março 2014 17:49 - Actualizado em Quarta, 03 Dezembro 2014 16:28

disposto na legislação respectiva a fazer participar ao abrigo da disposição seguinte:

Decreto-lei 307/2007

Artigo 48.º

Contra-ordenações muito graves

Constitui contra-ordenação punível, no caso de pessoas singulares, com coima de 5 000 a 20 000, e no caso de pessoas colectivas, com coima de 20 000 a 50 000:

i) A existência de um quadro nº farmacêutico que não cumpra o disposto no artigo 24.º;

A Direcção